



Comunicação Oral

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DA COLEÇÃO PROJETO ARARIBÁ

Elizabeth Vieira MACENA (ProfHistória / Capes / UEMS)¹

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar a representação do negro no livro didático de história do Ensino Fundamental da coleção Projeto Araribá, triênio 2014 a 2016. Utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica onde buscamos responder a questão: O livro didático ajuda na compreensão da história da África e dos afrodescendentes? Para isso organizamos o texto em duas seções, sendo o primeiro uma definição do livro didático como um material didático de múltiplas facetas, porque é uma mercadoria comercial e um depósito de conteúdos do currículo oficial. Por esse motivo veicula ideologias diversas. Com relação aos negros esse material apresenta uma história invisível e cheia de estereótipos. Na segunda parte analisamos os textos que narram a presença dos afrodescendentes na história do Brasil desde o período colonial até os dias atuais. O livro didático Projeto Araribá atende a exigência da lei 10.639/2003, porém, essa história ainda apresenta-se de forma tradicional restringindo o negro ao escravo o que contribui para uma visão pejorativa das populações negras do país.

Palavras chaves: Projeto Araribá, livro didático, negros e história afrodescendente.

¹ Email: profhistória.amambai@uems.br/elizmacena@hotmail.com



Introdução

O objetivo principal do estudo é compreender como os negros foram representados no livro didático de história da coleção Projeto Araribá, do ensino fundamental, triênio 2014 a 2016. A coleção Projeto Araribá foi selecionada porque compõem os livros usados nas escolas que ministro aula e, como docente confesso que em poucos momentos refleti sobre a representação do negro nos livros didáticos.

Tendo em vista que a lei 10.639/2003 determinou a introdução do estudo da história da África e dos afrodescendentes nos curriculares escolares e, com a promulgação da lei tornou-se obrigatório, por parte do mercado editorial, introduzir a temática nos livros didáticos que desejam acessar as concorrências do Programa Nacional do Livro Didático-PNLD.

Iniciamos nosso texto com uma breve revisão bibliografia para definir livro didático, o um material mais utilizado pelos professores brasileiros e, portador de inúmeras ideologias.

Na sequência selecionamos os livros didáticos Projeto Araribá do 7º, 8º e 9º ano para analisar como essa coleção representa o negro ao longa da história do Brasil. Para isso selecionamos apenas as unidades que apresentam textos que mencionam as ações das populações negras na construção da história nacional.

Iniciamos o estudo pelo livro do 7º ano que apresenta o período colonial brasileiro com destaque ao Nordeste, são mencionadas as atividades econômicas com evidência do cultivo de cana-de-açúcar, procuramos compreender o cotidiano das populações negras escravizadas, quais as estratégias de luta e resistência



empreendida por esses homens e mulheres, as formas de organizações sociais e religiosas.

O livro didático do 8º ano também organizado cronologicamente nos períodos colonial e império. Salientam-se as economias do ouro e do café. Algumas pequenas participações negras foram destacadas como organização das irmandades religiosas, o movimento de resistência empreendida pelos Malês na Bahia. E nesse volume de maneira incipiente retrata um a situação das mulheres negras escravizadas.

É surpreendente constatar que no livro didático do Projeto Araribá para o 9º as populações afrodescendentes desapareceram, não existem negros no Brasil república. Após, a abolição essas pessoas saíram de cena. Podemos compreender esse processo de acordo com a doutora em Educação Ana Célia da Silva explicou como mecanismos de invisibilização e recalque da diversidade das etnias que formam a nação brasileira.

Procuramos indicar as ausências e lacunas deixadas por esse material didático sobre a ação dos negros como sujeitos históricos. E nesse contexto enfatizamos o papel do professor como um mediador entre um livro didático repleto de estereótipos e a exigência da legislação para inserção do estudo da História e cultura afro-brasileira.

Apresentação e análise do livro didático

O livro didático constitui um dos materiais didáticos mais utilizados pelos professores nas salas de aulas do país e, quando nos referimos ao ensino de História rapidamente nós visualizamos docentes ministrando aulas com o auxílio deste controverso material. Como afirma Circe Bittencourt: trata-se de um objeto cultural de difícil definição, mas, pela familiaridade de uso, é possível identificá-lo, diferenciando-





o de outros livros. (BITTENCOURT, 2009,p.299) O livro didático seria segundo a autora um “objeto de múltiplas facetas”, porque antes de tudo é uma mercadoria que sofre interferências no seu processo de fabricação e comercialização e também um depositário de conteúdos escolares, pois, sistematiza os conteúdos elencados nas propostas curriculares oficiais. (BITTENCOURT, 2009,p.71-72)

O livro didático é instrumento de mediação de conteúdos entre professores e alunos, serve como recurso para as aulas dos diversos assuntos propostos, não devendo ser visto como único material didático. Porque é um veículo de ideologias, culturas e valores. Não sendo, portanto, neutro ou isento. Nesta perspectiva SILVA explica:

No livro didático a humanidade e a cidadania são representadas, na maioria das vezes, são representados pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência. (SILVA 2008,p.17).

Entretanto, em 2003 a aprovação da lei 10.639 determinou a inclusão da história da África e dos afrodescendentes nos currículos escolares, devem-se contemplar as lutas dos negros no país, a cultura negra e a sua contribuição na formação da sociedade brasileira E, portanto, essa temática deve ser considerada no Programa Nacional do Livro Didático. O PNLD elegeu como critérios fundamentais para a construção da consciência cidadã:

- garantir a presença de textos e ou imagens que levem o educando a observar de forma positiva a participação na sociedade de pessoas com deficiências, mulheres, negros, idosos, crianças entre outros.

Neste contexto uma questão importante nos faz refletir: O livro didático ajuda na compreensão da história da África e do negro? Com esse objetivo vamos analisar os livros da coleção Projeto Araribá de História da editora Moderna do triênio 2014 a 2016, adotados em muitas escolas do Brasil.





A representação do negro no livro didático Projeto Araribá

O livro didático como já observamos constitui um dos instrumentos mais utilizados pelos professores para mediar suas aulas. E no Brasil constitui uma das poucas fontes de leituras para estudantes empobrecidos. Por essa razão optamos por analisar a representação do negro neste material didático, ou seja, um estudo de caso, analisando os livros do ensino fundamental da editora Moderna, coleção Projeto Araribá, triênio 2014 a 2016, que tem como editora responsável pela organização a professora Maria Raquel Apolinário. Selecionamos os livros didáticos referentes aos 7º, 8º e 9º ano fundamental. Observamos que a coleção adota a metodologia da História integrada os conteúdos são organizados numa sequência cronológica europeia intercalando e combinando conteúdos da história do Brasil, da América, da África e da Ásia. Existe o predomínio de uma visão eurocêntrica da história. Analisaremos como a população africana e afrodescendentes foram representadas nesta coleção. Para tanto não iremos estudar as populações presentes na África, mas a presença dos negros africanos no Brasil.

O livro do 7º ano da coleção Projeto Araribá consta com 262 páginas divididas em oito unidades cada uma com quatro a cinco temas. O livro conta com exercícios e textos extra para melhor compreender os assuntos estudados, além de sugestões de livros paradidáticos, sites, filmes e um vocabulário em contexto.

Quadro 01- Presença do negro no livro didático Projeto Araribá – 7º ano

Unidades	Temas
8- O Nordeste colonial	2- O cotidiano nos engenhos
	3- Escravidão, resistências e trocas culturais.

Apenas na unidade oito existe referência à presença do negro no Brasil, momento no livro que será discutido o Nordeste colonial, os autores introduziram o



conteúdo explicando o porquê da opção da cana de açúcar e as características necessárias para sua produção. Nas páginas 212 e 213 há uma seção denominada ampliando conhecimento, onde apresenta todas as etapas de produção de açúcar e afirma que a principal mão de obra utilizada era a escrava, geralmente supervisionada por trabalhadores especializados brancos. As ilustrações nas páginas deixam evidente o predomínio do trabalho negro no canavial, como também notamos que os africanos apenas realizavam trabalhos braçais como plantação, corte e transporte da produção. Não existe qualquer explicação sobre a origem desses trabalhadores e nem mesmo a preocupação por parte dos autores em propor atividades que reflitam sobre sua presença maciça no canavial dos escravos. Caso o professor que adote este livro não faça uma reflexão sobre essa ilustração, o estudante será direcionado pelas atividades a analisar apenas as questões econômicas e de energia motriz envolvidos na produção açucareira.

Na sequência da unidade apresenta-se o tema de O cotidiano nos engenhos páginas 214 a 216 na qual os autores enfatizam que os escravos negros tiveram origem na África e que no Brasil realizavam inúmeras atividades como carpinteiros, pedreiros, barqueiros, tarefas domésticas e além de participar de forma integral da produção de açúcar. Destacam-se os castigos sofridos por esses negros que foram retirados à força de sua terra natal. Adota-se a classificação para os escravos como ladinos e boçais de acordo com sua capacidade de adaptação e conhecimento da língua e dos costumes da colônia. De forma genérica descreve-se a senzala como local de moradia dos escravos negros, uma construção precária de barro e cobertura de sapé. Segundo o livro os negros recebiam uma vez no ano tecidos de algodão para costuras suas roupas. Não menciona em nenhum momento as práticas religiosas, os hábitos culinários, as danças e músicas nesse tópico intitulado como O cotidiano nos engenhos. Observamos que apenas existe uma breve descrição das funções dos trabalhadores nos engenhos e uma pequena preocupação em definir fisicamente o engenho como local de produção de açúcar e moradia de grupos sociais distintos.



Na sequência os autores propõem um tema intitulado Escravidão, resistência e trocas culturais, começa-se informando que o Brasil possui a segunda maior população negra fora da África e esse aumento pode ser explicado devido à melhoria da qualidade de vida desses grupos, que tem orgulho em afirmar sua identidade afrodescendente. E esse fato seria importante para combater o preconceito racial, originário da prática da escravidão. Destaca-se a resistência dos escravos, utilizando diversas formas como o banzo, os assassinatos, abortos, roubos e a fuga que segundo os autores foram as mais utilizadas. E na página 221 existe uma pequena referência à formação dos quilombos, com aldeias de escravos fugitivos. Indica Palmares e seu líder Zumbi como ícones nas lutas dos negros por liberdade. E mencionam de forma confusa as comunidades remanescentes, os quilombolas.

É algo muito superficial como se o aluno tivesse conhecimento dos quilombos e seu papel na resistência a escravidão. Acreditamos que seria uma proposta mais interessante e contribuiria de maneira efetiva para construção da história afrodescendente se o livro apresentasse os quilombos na perspectiva sugerida por Henrique Cunha Jr.:

Quilombo como instituição política com proposta de organização econômica alternativa ao escravismo criminoso. Quilombo como uma forma de luta contra a injustiça, que vem desde o escravismo aos dias de hoje, ou seja, que percorre a história do Brasil, em todas as épocas e em todas as regiões do país. Quilombos criaram economias importantes e povoações expressivas e duradouras por todas as partes do país. Forma de instituição que demonstra a rebeldia e a tenacidade do povo africano e afrodescendente na luta contra a escravidão. (CUNHA JR, 2005, P.264)

Um ponto que consideramos positivo neste tema foi à comparação da visão da escravidão negra no Brasil pelo sociólogo Gilberto Freyre com sua obra Casa-grande e senzala e o historiador Jacob Gorender, o aluno ao ler os dois posicionamentos pode ter noção como as pessoas compreendem o mesmo evento de formas diversas. Infelizmente sobre a questão das trocas culturais resume-se apenas a um item sobre



sincretismo religioso e uma imagem de frutas de origem africanas trazidas para o Brasil.

Na seção “Em foco”, Senhores de escravo retomasse parte das discussões da unidade como a origem dos escravos, os espaços da casa grande e senzala. E buscase de forma resumida explicar a importância do estudo da história e cultura afrodescendente para ao combate ao preconceito e a discriminação racial. Portanto, conteúdo é apresentado de maneira genérica e superficial sem margem para reflexões visto como uma verdade pronta e acabada. Induz a concepção que os negros passavam seus dias no trabalhando nos canaviais, sendo castigados e dormindo nas senzalas, alias a senzala é tida como único local de moradia dos escravos não menciona o fato de alguns negros ter conquistado através de acordo com os senhores o direito de ter moradia separada para sua família nuclear, ou seja, viver em pequenos casebres. Não menciona no cotidiano as músicas, as danças e as práticas religiosas ocultas. Restringe a presença do negro ao trabalho compulsório.

O livro do 8º ano da coleção Projeto Araribá é composto por 270 páginas com quatro unidades que tratam da História do Brasil.

Quadro 02 - Presença do negro no livro didático Projeto Araribá – 8º ano

Unidades	Temas
1- A expansão da América Portuguesa.	2-A conquista do sertão
2- A época do ouro no Brasil	2- A exploração do ouro e diamante 3-A vida urbana e o mercado interno 4-A vida cotidiana nas cidades mineiras
6-A independência do Brasil e o Primeiro Reinado	2-A crise do Antigo sistema colonial; 4- A independência do Brasil; 5- O Primeiro reinado.



II SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - NECESSIDADES FORMATIVAS NAS/DAS LICENCIATURAS

Dourados-MS, de 12 a 14 de junho de 2017.

8- Brasil: Da regência ao Segundo Reinado

1-Período regencial;

2- Segundo Reinado;

4- O movimento abolicionista;

Na unidade sobre a expansão territorial na América portuguesa são apenas duas referências às populações negra no Brasil para explicar que os bandeirantes buscavam capturar e escravizar indígenas porque a aquisição de escravos negros era extremamente cara e, também quando afirma a rara presença de negros nas fazendas de gado no Nordeste, pois, a pecuária extensa necessitava de poucos trabalhadores de preferência de índios e mestiços.

Na sequência a unidade dois trata da época do ouro no Brasil colonial procura descrever as condições de trabalho dos escravos negros nas minas de ouro e diamante. Como vemos abaixo:

Os escravos eram submetidos a péssimas condições de trabalho. Extraíndo o ouro de aluvião, eles ficavam longas horas em pé na águas, sendo frequentemente atingidos pela tuberculose e por outras doenças pulmonares. Nas galerias subterrâneas, os cativos sujeitos à asfixia e aos riscos de soterramento. (Projeto Araribá,2010,P.39)

As outras referências aos negros nesse período resumem-se a sociedade de Minas Gerais do século XVIII era composta por imensa maioria de escravos negros, e que as datas eram reservadas para os mineradores com maior número de escravos. Em relação ao cotidiano nas cidades mineradoras escassas informações são expostas nos textos das páginas 48 e 49. Quando descrevem de forma bastante incipiente o tipo de moradia podendo ser em senzalas ou em ranchos próximos as casas dos senhores. Destaca a existência das irmandades religiosas como, por exemplo, Ordem terceira de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, essas confrarias que reuniam os africanos e seus descendentes procuram reconstruir sua identidade



GEPPEF

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas
Eduacionais e Formação de Professores



e as manifestações de suas tradições e costumes religiosos, porém, fundamentados em elementos do catolicismo. Era instituições importantes para organização da resistência a prática da escravidão, no entanto, essa faceta das irmandades não foi mencionada no livro didático.

Além do culto católico, o objetivo da irmandade era promover a ajuda mútua e socorrer os irmãos e irmãs em dificuldades, principalmente os escravos e escravas incapacitados e abandonados pelos seus senhores. E algumas irmandades emprestavam dinheiro para a compra de alforria de irmãos e irmãs escravos. (ALBUQUERQUE, 2006, P. 109)

Apenas no livro do 8º ano há escassas informações sobre o papel da mulher negra na sociedade brasileira ainda no contexto da escravidão colonial entre os séculos XVIII e XIX. As mulheres eram exploradas sexualmente por seus senhores, serviam de ama de leite para os filhos das senhoras brancas e trabalhavam em diversas funções como na lavoura, nas minas ou mesmo em atividades domésticas. Nas áreas urbanas eram comuns às chamadas quitandeiras, as cativas que eram vendedoras ambulantes. Nesse sentido o livro enfatiza a importância dessas mulheres na organização da resistência e fuga de escravos porque elas como ambulantes possuíam liberdade para circular na cidade, podendo levar informações e até mesmo auxiliar na formação de quilombos. Também traz como curiosidade um resumo da história de Chica da Silva, a escrava que casou com o contratador português e tornou-se uma poderosa senhora de escravos negros.

No processo de luta por emancipação política do Brasil é praticamente invisível a participação dos negros, apenas cita a Conjuração Baiana como um movimento de caráter popular composto por pobres, libertos, escravos, mulatos e alguns homens afastados que além de lutar pela independência da Bahia também buscavam a abolição da escravidão. A revolta não obteve sucesso e os negros escravos ou libertos foram punidos com a morte.



Segundo os autores a independência foi realizada por uma elite branca que por temor que no Brasil ocorresse uma rebelião escrava como no Haiti, apoiaram um monarca português para o primeiro rei brasileiro. Em nenhum momento o livro Projeto Araribá menciona a participação de libertos e cativos, negros ou mestiços na luta pela independência por várias regiões do Brasil. Essas populações acreditavam que a retirada do rei português do trono poder-lhe-ia oferecer melhores condições de vida e oportunidades de ampliar sua participação como cidadão. Esses batalhões de homens negros e mestiços que lutaram por emancipação política do país foram dissolvidos e apesar dos protestos não tiveram seus desejos atendidos e muitos acabaram agregando-se as revoltas que assolaram a nação no Primeiro Reinado como, por exemplo, a Confederação do Equador.

Nesse sentido a constituição de 1824 estabeleceu a manutenção da propriedade de terras e escravos. Acreditamos que nesse texto sobre a constituição de 24 os autores poderiam aproveitar para levantar um debate sobre quem era considerado cidadão no Brasil e o porquê manteve-se a escravidão negra. Seria interessante propor uma reflexão sobre essas questões.

É interessante notar que na abertura da unidade oito Brasil: da regência ao Segundo reinado os autores afirmam que no século XIX o país passou por inúmeras transformações com a introdução de novas tecnologias e crescimento das cidades que introduziram novos costumes e sem dúvidas a maior novidade foi à abolição da escravidão. Entretanto, a lei não foi suficiente para incluir os negros libertos na sociedade. A discriminação contra os afrodescendentes é tão forte que foi necessário elaborar leis como a 10.639/03 e a reserva de cotas nas universidades com o objetivo de combater o preconceito racial. Preconceito compreendido aqui como:

Uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas, também, como uma



indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. (Sant'Ana, 2008,p.58)

Apesar desta abertura da unidade enfatizar a necessidade de estudo da História afrodescendentes há o predomínio de uma história estereotipada em relação aos negros. Durante o período regencial destaca-se a Revolta dos Malês como movimento organizado de resistência dos escravos negros, porém os autores do livro deixam claro que essa rebelião foi sufocada pela guarda nacional e os líderes da revolta foram mortos. Não se explica, por exemplo, que as outras revoltas regências como Cabanagem, Sabinada e Balaiada foram organizadas por negros escravos ou libertos, índios e pobres em geral que reivindicavam melhores condições de vida, o fim da opressão social e direito como cidadãos. Em todas as tentativas de revoltas populares os autores destacam que fracassaram e seus líderes condenados à morte ou a prisão.

Também a participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai foi minimizada em poucas linhas, os escravos eram chamados de voluntários da pátria, e lutaram nesse conflito, pois acreditavam que ao retornar receberiam a liberdade, mas sua situação de cativos foi mantida. Em nenhum momento os autores explicam que o preconceito dos exércitos paraguaios, argentinos e uruguaios em relação aos soldados brasileiros chamados de macacos.

Entretanto, foi surpreendente perceber que os autores explicaram a abolição da escravidão como resultado das pressões inglesas para o fim do tráfico negreiro e da escravidão e também graças às leis abolicionistas como ventre livre, sexagenário e lei Áurea. Existe uma ideia implícita nos textos que a abolição da escravidão foi algo dado aos negros por meio de leis elaboradas para atender as pressões internacionais. Nega-se o protagonismo dos afrodescendentes na conquista de sua liberdade, uma elite branca decidiu pelo fim do trabalho escravo de maneira lenta, gradual e segura para seus interesses. Os negros escravos ficaram a espera de uma



redentora para assinar o fim de seu calvário, até mesmo filhos de fazendeiros foram mais atuantes no movimento abolicionista que os próprios negros seres pacíficos. E essa ideia de passividade negra é reforçada quando tentasse explicar o que aconteceu com os negros libertos após a abolição. Segundo os autores alguns escravos optaram por ficar nas fazendas trabalhando para os seus senhores em situação análoga a escravidão. Outros partiram para as cidades em busca de trabalho, mas depara-se com a presença dos imigrantes europeus e sem condições de concorrer foram exercer trabalhos mais pesados e mal remunerados. Não se discute a questão do preconceito e a discriminação sofrida por esses ex-escravos, não debate a lei de terras de 1850 que proibia o acesso a terra pelos libertos. Oficialmente o Brasil deixou no Segundo reinado de ser uma nação escravista, porém, essa massa populacional não teve acesso à cidadania.

Henrique Cunha Jr. apresenta como alternativa para o estudo da luta abolicionista uma versão que dá protagonismo a população afrodescendente. Apesar destes projetos não serem em nenhum momento adotado.

Destaque os projetos de abolicionistas, como os defendidos pelo escritor e jurista Luiz Gama ou os do político e engenheiro André Rebouças, nos quais se propunha a reforma agrária, com a adoção de terras aos ex-escravos e o suporte do Estado a estes. Seria importante lembrarmos os milhares de africanos e afrodescendentes que foram enforcados, esquartejados e deportados nesta luta pela liberdade. CUNHA JR. 2008,p.264)

A presença do negro nos livros da coleção Projeto Araribá do 7º e 8º ano restringiu-se a escravidão, não há referências ao seu passado de homem livre, e mesmo as lutas e movimentos de resistências foram amenizados. Ocorreu o que Ana Célia da Silva chamou de a invisibilidade da diversidade dos papéis e funções exercidos pelos homens e mulheres negros.

O livro didático Projeto Araribá para o 9º ano trabalha a história do Brasil república. Observamos que após abolição da escravidão o negro afrodescendente



desaparece da história brasileira. Em períodos como Era Vargas, República populista e Ditadura militar no livro não existe qualquer menção aos negros, eles deixaram de ser sujeito histórico e ficaram invisíveis. As escassas referências aos afrodescendentes ficaram a cargo da Revolta da Chibata em 1910, quando os marinheiros ex-escravos rebelaram-se contra os castigos físicos, na liderança do movimento encontrava-se João Candido Felisberto. Porém, em nenhum momento explicasse que João Candido ficou conhecido como o Almirante Negro um dos poucos heróis afrodescendente do país, porém, enfatizou que a revolta foi sufocada e João Candido internado num hospital psiquiátrico.

Manifestações como Vacina, Cangaço e Canudos são atribuídas aos caboclos ou aos pobres do Brasil, em nenhum momento explicasse que essa população pobre que participa das revoltas são negros, pretos e mulatos que não encontraram alternativas senão as rebeliões, contra uma cidadania excludente e discriminatória.

Após um longo período ausente da história da República o negro volta à cena no século XXI quando os autores propõem um balanço do Brasil contemporâneo, afirmando que em nosso país persiste a desigualdade racial e com o objetivo de combater esse preconceito e a discriminação racial foram elaboradas as chamadas políticas de ações afirmativas como os sistemas de cotas que reserva vagas para negros e índios nas universidades. Os autores foram felizes ao explicar que essas medidas são transitórias apenas para corrigir essa desigualdade social gritante. A participação dos afrodescendentes no Brasil república no livro Projeto Araribá resume-se a breves comentários ilustrativos.

Infelizmente o Brasil república nos séculos XX e XXI na coleção Projeto Araribá omite completamente a participação dos negros na história, não existe referências à imprensa como aos jornais *O quilombo*, *A voz da Raça* ou mesmo *Correio do Ébano* que lutaram contra as ditaduras do Estado Novo e a civil militar. Nem mesmo as importantes manifestações culturais negras são apresentadas aos



alunos como o carnaval, a capoeira, a música, os blocos carnavalescos como Filhos de Gandhi ou, por exemplo, o teatro experimental negro de Abadias do Nascimento. E até mesmo o próprio movimento negro não aparece nos livros, não há qualquer registro sobre a Frente Negra Brasileira ou o Movimento Negro Unido, organizações importantes organizações políticas com propósitos de combate ao preconceito e a discriminação.

Considerações finais

Iniciamos esse estudo buscando responde a seguinte indagação: O livro didático ajuda na compreensão da história da África e dos afrodescendentes? Notamos que apesar da lei 10.639/2003, que incorporar os conteúdos da história da África, dos afrodescendentes e suas contribuições na formação da sociedade brasileira os livros didáticos ainda conservam uma abordagem que privilegia a etnia branca, percebemos isso através da invisibilidadedos negros na construção da história do país.

Tanto os textos quantos as imagens da coleção Projeto Araribá evidenciam a presença do negro no período colonial e do império quando essa etnia estava submetida à escravidão, poucas passagens no livro revela a resistência ao trabalho forçado. Ou mesmo, o cotidiano dessa população suas danças, músicas, religião e formas de habitação. O livro atende a exigência da lei 10.639/2003 de incluir a história afrodescendente, porém, de maneira tradicional que privilegia a concepção da história de uma elite branca dominante.

Nesse sentido precisa que o docente ao selecionar este livro na sua escola desenvolva uma postura crítica de usar o livro como auxiliar, selecionando outros materiais complementares que contribuam para visão positiva das contribuições sociais dos negros para formação do país. Para de esta forma romper com o preconceito e a discriminação racial tão presente no Brasil.



Compreendemos que os livros da coleção Projeto Araribá precisam destacar a presença dos negros em todos os capítulos da história do Brasil, desde o seu desembarque nos portos da colônia brasileira até o século XXI, pois, essas populações são sujeitos históricos ativos que contribuem de maneira profícua para a construção da identidade nacional. Infelizmente a coleção analisada do Projeto Araribá para triênio 2014-2016 pouco contribui para o debate em sala de aula sobre a presença do negro na história do Brasil, como afirmamos no livro para o nono ano notamos a ausência da presença afrodescendente na república. Em nenhum momento os autores preocuparam-se em explicar como, por exemplo, o movimento negro organizado participou da resistência à ditadura e a elaboração de leis para redemocratização do país. Percebemos que a coleção enfatiza a presença do negro como escravo e subjugado pelo branco. É necessário abandonar essa visão eurocêntrica da história da humanidade.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE,Wlamyra R de; FILHO,Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de estudos afro-orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

APOLINÁRIO, Maria Raquel (Org). Projeto Araribá. 3. ed. São Paulo: Moderna,2010. 7ºano.

_____. Projeto Araribá. 3. ed. São Paulo: Moderna,2010. 8ºano.

_____. Projeto Araribá. 3. ed. São Paulo: Moderna,2010. 9ºano.

BRASIL. Lei 10639,de 9 de Janeiro de 2003.D.O.U de 10/01/2003.

BITTENCOURT,C. Livros didáticos entre textos e imagens.In: BITTENCOURT,C.(Org.).O saber histórico na sala de aula.11.ed.São Paulo:Contexto,2009,p.69-90.





_____. Ensino de História fundamentos e métodos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CUNHA JR., Henrique. Nós, afro-descendentes: história e afro-descendentes na cultura brasileira. In: RAMÃO, J. (Org.). História da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação Continuada, alfabetização e diversidade, 2005, p.249- 271.

Guia do livro didático 2007: História : séries/anos iniciais do ensino fundamental / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, K. (Org). Superando o racismo na escola. 2ºed. Brasília: Ministério da Educação Continuada, alfabetização e diversidade, 2008, p.35-63.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, K. (Org). Superando o racismo na escola. 2ºed. Brasília: Ministério da Educação Continuada, alfabetização e diversidade, 2008, p.17-33.



**II SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO
ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - NECESSIDADES
FORMATIVAS NAS/DAS LICENCIATURAS**

Dourados-MS, de 12 a 14 de junho de 2017.



GEPPEF

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas
Educaionais e Formação de Professores